

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2022 PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS – Nº 61/2022 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM	
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E REGISTROS EM PVC, TUBOS DEFOFO, REGISTROS EM FERRO FUNDIDO, PARAFUSOS COM PORCAS E ARRUELAS E VOLANTES PARA REGISTROS EM FERRO FUNDIDO A SEREM UTILIZADOS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRÂNSITO.	
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: do dia 20/07/2022 às 08:00h até dia 02/08/2022 às 08horas e 30min.	ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: a partir das 08horas e 31min do dia 02/08/2022.
SITE PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br	ESCLARECIMENTOS/PEDIDOS: pregoeirospmformiga@gmail.com
REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF.	FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS / ENCAMINHAMENTOS Endereço: R: Barão de Piumhi, 92 A, Centro. Formiga/MG – CEP: 35570-128. Setor de Licitações Aos cuidados do (a) Pregoeiro (a) Telefone: (37) 3329-1844 E-mail: pregoeirospmformiga@gmail.com
CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: Nos sites www.licitanet.com.br e www.formiga.mg.gov.br	
O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,05 (cinco centavos).	
MODO DE DISPUTA: ABERTO	

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº106/2022
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2022
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Pelo presente processo, o Município de Formiga torna pública a realização de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS. Pelo presente processo, o Município de Formiga torna pública a realização de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO. O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a Lei nº 10.520/02, a Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e o Decreto 10.024/2019, Lei Complementar nº 123/06 com a redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014 e pelas demais normas e condições estabelecidas neste edital e seus anexos. O Pregão será conduzido pelo (a) Pregoeiro (a), auxiliado pela a Equipe de Apoio, conforme designação das Portarias nº 4.287 de 19 de fevereiro de 2021, Portaria nº 4.288 de 19 de fevereiro de 2021, Portaria nº 4.289 de 19 de fevereiro de 2021, Portaria nº 4.314 de 09 de março de 2021, Portaria nº 4369, de 20 de abril de 2021, Portaria nº 4.501 de 05 de agosto de 2021 e Portaria nº 4.661 de 07 de fevereiro de 2022. Para consulta e conhecimento dos interessados, o protocolo do Edital permanecerá afixado no quadro de avisos localizado na Rua Barão de Piumhi, nº 92 – 1º andar, Centro – Formiga MG, cuja cópia poderá ser obtida através do Site www.formiga.mg.gov.br, pelo endereço www.licitanet.com.br, do e-mail: pregoeirospmformiga@gmail.com ou de requerimento dirigido ao(s) Pregoeiro(s) na Diretoria de Compras Públicas do Município de Formiga-MG, no horário de 08:00 às 16:00 horas.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 02/08/2022

HORÁRIO: 08horas e 31min

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

1. DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E REGISTROS EM PVC, TUBOS DEFOFO, REGISTROS EM FERRO FUNDIDO, PARAFUSOS COM PORCAS E ARRUELAS E VOLANTES PARA REGISTROS EM FERRO FUNDIDO A SEREM UTILIZADOS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRÂNSITO.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justificamos a necessidade de aquisição dos materiais supracitados visto que os mesmos serão utilizados na obra “Construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)” e, o município precisa realizar a compra destes materiais para viabilizar a execução de um percentual das obras na Estação de Tratamento de Esgoto. Ressalta-se que tais materiais serão aplicados em várias frentes de trabalho da obra, sendo os mesmos essenciais para a execução, evolução e funcionalidade da obra.

2.2. As obras da ETE serão retomadas e, o município, terá a responsabilidade de adquirir e fornecer à empresa contratada alguns materiais e equipamentos. Tal aquisição de materiais e equipamentos é fundamentada nas diretrizes do Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Desenvolvimento Regional – Projetos inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

2.3. Os materiais objeto do certame fazem parte da lista de materiais dos projetos da ETE, os quais foram elaborados pela empresa DESPRO Desenvolvimento de Projetos e Consultoria Ltda.

3. ANEXOS

3.1. Integram este edital os seguintes anexos: Termo de referência (**Anexo 01**), Minuta da Ata de Registro de preços (**Anexo 02**), Ata de Registro de Preços (**Anexo 03**), e planilha de Preço Mediano (**Anexo 04**).

4. TIPO DO PREGÃO

4.1. Este PREGÃO é do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar desta licitação, toda e qualquer empresa individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que seja credenciada como empresa do ramo pertinente e compatível ao objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste edital e seus anexos;

5.2. A licitante deverá estar regularmente cadastrada junto ao **LICITANET – Licitações Online no sítio: www.licitanet.com.br**.

5.3. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis no site detentor da plataforma eletrônica (www.licitanet.com.br).

5.4. O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no inciso III do art. 5º da Lei nº 10.520/02.

6. DA EXCLUSIVIDADE E DA COTA RESERVADA DE ATÉ 25% PARA ME E EPP

6.1. Neste certame, não haverá exclusividade e cota reservada percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) para bens de natureza divisível do objeto, para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que as coletas de mercado não foram realizadas de acordo com o que exige a Lei Complementar nº 123/2006, bem como, ao fato de que os preços medianos apurados estarem vinculados à planilha orçamentária apresentada e aprovada durante a reprogramação do Termo de Compromisso firmado com a Caixa Econômica Federal, devendo ser utilizados como referência neste processo os preços aprovados pela Caixa.

7. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

7.1. Não poderão participar desta Licitação empresas que se enquadre em uma ou mais das seguintes situações:

a) Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Formiga, durante o prazo da sanção aplicada;

- b) Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c) Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste procedimento licitatório;
- d) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, estão localizadas no mesmo endereço ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- e) Empresas com sócios em comum para o mesmo item, pois afronta os princípios da moralidade, impessoalidade e isonomia, interferindo diretamente na competitividade do certame.
- f) **Não poderão participar ainda aquelas que tenham no quadro da empresa de sócios com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de servidores que pertencem ao órgão licitante e ocupa cargo que possam influenciar na licitação.**
- g) Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

7.2. As vedações do item 7.1 e suas alíneas são de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

8. CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

8.1. O edital completo encontra-se no site www.formiga.mg.gov.br, e www.licitanet.com.br

8.2. Todas as alterações, retificações ou esclarecimentos que porventura se fizerem necessários serão publicados no site www.formiga.mg.gov.br sendo que o acompanhamento destas informações será de total responsabilidade das licitantes.

8.3. Se for solicitado pela licitante (via e-mail ou telefone), o edital também poderá ser enviado por e-mail, não sendo necessário o pagamento do custo do edital.

8.4. As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame, obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site www.formiga.mg.gov.br, visando ao conhecimento de possíveis alterações e avisos.

8.5. Os pedidos de esclarecimentos sobre o Edital poderão ser encaminhados preferencialmente para o e-mail pregoeirospmformiga@gmail.com ou, ainda, protocolizados no Setor de Licitações, dirigidas ao(a) Pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para recebimento das propostas.

8.6. A petição deverá ser assinada pelo cidadão, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública)

8.7. As respostas do(a) Pregoeiro(a) às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail e disponibilizadas nos sites www.formiga.mg.gov.br e www.licitanet.com.br, ficando acessíveis a todos os interessados.

8.8. No site citado serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que o(a) Pregoeiro(a) julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o site com frequência.

8.9. Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por cidadão até o 2º dia útil, e por licitantes até o terceiro dia útil, que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico

pregoeirospmformiga@gmail.com, ou protocolizadas no Setor de Licitações, dirigidas ao(a) Pregoeiro(a), que deverá decidir sobre a petição.

8.10. A petição deverá ser assinada pelo cidadão, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

8.11. O Município de Formiga/MG, não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo (a) Pregoeiro(a), e que, por isso, sejam intempestivas.

8.12. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

8.13. A decisão do (a) Pregoeiro (a) será enviada ao impugnante por e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e será divulgada no site deste Município para conhecimento de todos os interessados.

9. DO CREDENCIAMENTO NA LICITANET – LICITAÇÕES ONLINE

9.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de Home Broker, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

9.2. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos conforme subitem 5.3.

9.3. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto ao **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

a) A manutenção ou alteração da Senha de acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento Online (CHAT) do site LICITANET – Licitações On-line, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

9.4. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a Licitanet – Licitações On-line e nem a Prefeitura Municipal de Formiga – Mg a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.5. O cadastramento do licitante junto a Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao certame.

9.6. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 3014-6633 e (34) 9807-6633 ou pelo e-mail: contato@licitanet.com.br.

10. DO CADASTRO NO APLICATIVO HABILITANET

10.1. O Habilitanet constitui um aplicativo de gestão de documentos da LICITANET – LICITAÇÕES ON-LINE

10.2. A habilitação dos fornecedores em licitação pertinente à aquisição de bens e serviços, inclusive de obras e publicidade, deverão ser comprovadas por meio de prévia e regular inscrição cadastral no **HABILITANET**, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

10.3. O Credenciamento junto ao aplicativo **HABILITANET** permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão Eletrônico.

10.4. Para a habilitação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá estar tempestivamente credenciado no aplicativo HABILITANET, devendo encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no item 19, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

11. DA PARTICIPAÇÃO

11.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

11.2. Caberá ao licitante acompanhar atentamente as operações na Plataforma Eletrônica durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Plataforma Eletrônica ou da desconexão.

11.3. Qualquer dúvida em relação ao acesso na plataforma operacional poderá ser esclarecida pelo Suporte: (34) 3014-6633 e (34) 9807-6633 ou pelo e-mail: contato@licitanet.com.br.

12. DA SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. A partir do horário previsto no Edital e na Plataforma Eletrônica, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o (a) Pregoeiro (a) a avaliar a aceitabilidade das propostas;

12.2. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital;

12.3. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados à Plataforma Eletrônica para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

12.4. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

12.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

12.6. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. A plataforma **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes e nem ao (a) Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio;

12.7. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o (a) Pregoeiro (a) no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e

quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

12.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o seguinte **modo de disputa: aberto** – os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

12.10. No modo de disputa aberto, **a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos**, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

12.11. **A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

12.12. Na hipótese de não haver novos lances na forma acima, a fase será encerrada automaticamente.

12.13. Encerrada a fase de lances sem prorrogação automática pelo sistema, o (a) Pregoeiro (a) poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no § único do art. 7º do Decreto 10.024, mediante justificativa.

12.14. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro (a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

12.15. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.16. Encerrada a etapa de negociação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

12.17. A plataforma informará a proposta de menor valor do lote/item imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo (a) Pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de maior valor;

12.18. Após a conferência e consulta “ON-LINE” do HABILITANET, e se os documentos comprobatórios de habilitação estiverem de acordo com o solicitado, será declarado o (s) licitante (s) vencedor (es) do (s) lote (s) / item (ens) e aberto o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso. Sendo que nesse momento ficará franqueada a todos os licitantes a consulta dos documentos cadastrados no HABILITANET do (s) licitante (s) vencedor (es) do lote/item.

12.19. Se a proposta ou o lance do lote/item de menor oferta não for aceitável, por inexecutabilidade, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o participante para que seja obtido valor melhor;

12.20. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento;

12.21. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado aos (s) autor (es) da (s) proposta (s) ou lance de menor valor do lote/item.

12.22. O (a) Pregoeiro (a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784/99.

12.23. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligência, com vistas ao saneamento de que trata o item 12.22, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

13. PROPOSTA NA PLATAFORMA ELETRÔNICA

13.1. O encaminhamento de proposta (s) para a Plataforma de Pregão Eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome na Plataforma Eletrônica, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

13.2. Poderão ser inabilitadas as propostas inseridas na Plataforma de Pregão Eletrônico que deixarem de conter: a) as **especificações dos itens com marca e fabricante (quando possível)**, em conformidade com as especificações constantes neste edital e termo de referência; b) **proposta de preços**, com mais de duas casas decimais, haja vista que deverão ser apresentadas com no máximo duas casas decimais.

14. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

14.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura das propostas.

14.2. Na proposta escrita, deverá conter:

a) Data e assinatura do representante legal da proponente; (caso a proposta seja assinada por pessoa diferente da (s) constante (s) no Contrato Social, deverá ser anexada Procuração conferindo poderes para o ato).

b) Razão social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; Inscrição Estadual

c) Endereço completo;

d) As especificações do material com marca e modelo (se for o caso), em conformidade com as especificações constantes neste edital e no Termo de referência;

e) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura da sessão pública do pregão, no silêncio assim será considerado;

f) Preço unitário e total do item com até 02 (duas) casas decimais, já incluídas todas as despesas com transportes, imposto, taxas, seguros, bem como ônus decorrentes de contratação de pessoal, leis trabalhistas, da Previdência Social, encargos fiscais, comerciais, inclusive descarga dos equipamentos, e outras que direta ou indiretamente incidirem sobre a contratada;

14.2.1. O preenchimento do campo “marca” e “modelo” (se for o caso) dos materiais ofertados é obrigatório, sob pena de desclassificação do item que não apresentar essa especificação.

14.2.2. Não será admitida cotação inferior ou superior à quantidade prevista neste edital.

14.3. Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerá estes últimos;

14.4. Atendidos todos os requisitos será (ão) considerada (s) vencedora (s) a (s) licitante (s) que oferecer (em) o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

14.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste edital ou da legislação em vigor.

15. PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES DE ENTREGA, RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO, ENDEREÇO DE ENTREGA, ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) E TELEFONE

15.1. A entrega do objeto deverá ser feita em até 10 (dez) dias úteis, mediante apresentação da Autorização de Fornecimento.

15.2. A entrega deverá ocorrer no Pátio do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de Minas Gerais (DER), localizado à Avenida Brasil, nº 03, bairro Ouro Negro, no horário de 08:00 às 11:00 e 13:00 às 16:00 horas, ou em outro local especificado pela secretaria requisitante, dentro do município de Formiga. O endereço eletrônico desta secretaria é secretariafgaobrasetransito@gmail.com, telefone: (37) 3329-1846.

15.3. O Município designará servidor responsável para recebimento, fiscalização da execução do objeto e valores contratados conforme exigência do Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008, não podendo este cobrar taxas e despesas adicionais. Será informado no edital convocatório o nome do fiscal designado em portaria, para o esclarecimento de dúvidas.

15.4. Fica a contratante responsável pela adequação do ambiente para o recebimento dos materiais já mencionados.

16. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

16.1. O objeto será aceito após a verificação pelo FISCAL, responsável pelo gerenciamento e inspeção do cumprimento de todas as obrigações e especificações constantes na Ata de Registro de Preços, no edital e nos demais documentos integrantes do processo licitatório, e ainda em conformidade com a legislação de regência.

16.2. Os materiais ofertados devem ser fabricados de acordo com as normas da ABNT.

16.3. A natureza do fornecimento será por item.

16.4. Segue abaixo descrição detalhada dos materiais que constituem o objeto.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UN.	QUANT.	PREÇO MEDIANO	PREÇO TOTAL
1	REGISTRO DE ESFERA PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCÁVEL, DN 2", COM CORPO DIVIDIDO	UN	6,00	R\$ 65,67	R\$ 394,02
2	TUBO COLETOR DE ESGOTO, PVC, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 150 MM X 6,00 M, CONFORME NBR 7362	M	600,00	R\$ 39,09	R\$ 23.454,00
3	TUBO COLETOR DE ESGOTO, PVC, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 100 MM X 6,00 M, CONFORME NBR 7362	M	150,00	R\$ 18,13	R\$ 2.719,50
4	TUBO COLETOR DE ESGOTO, PVC, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 300 MM X 6,00 M, CONFORME NBR 7362	M	120,00	R\$ 161,64	R\$ 19.396,80

5	TUBO COLETOR DE ESGOTO, PVC, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 350 MM X 6,00 M, CONFORME NBR 7362	M	120,00	R\$ 200,19	R\$ 24.022,80
6	TUBO PVC DEFOFO AZUL, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 150 MM X 6,00 M, PARA REDE DE ESGOTO, CONFORME NBR 7665	M	600,00	R\$ 110,13	R\$ 66.078,00
7	TUBO PVC DEFOFO AZUL, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 300 MM X 6,00 M, PARA REDE DE ESGOTO, CONFORME NBR 7665	M	120,00	R\$ 403,46	R\$ 48.415,20
8	PARAFUSO C/PORCAS P/ FLANGES DN 20 X 100 MM Especificações técnicas: Parafuso com porca e duas arruelas para flanges conforme norma NBR 7675:2005. Parafuso de cabeça sextavada com rosca total conforme norma ISSO 965-1, propriedades mecânicas conforme norma NBR 8855 Classe 5. Porca sextavada conforme norma 10062 Classe 6. O Parafuso, a Porca e as Arruelas são de AÇO ABNT 1020 ou ASTM A 307, galvanizados a fogo conforme ASTM A 153, CLASSE C.	UN.	250,00	R\$ 15,50	R\$ 3.875,00
9	PARAFUSO C/PORCAS P/ FLANGES DN 20X 90 MM Especificações técnicas: Parafuso com porca e duas arruelas para flanges conforme norma NBR 7675:2005. Parafuso de cabeça sextavada com rosca total conforme norma ISSO 965-1, propriedades mecânicas conforme norma NBR 8855 Classe 5. Porca sextavada conforme norma 10062 Classe 6. O Parafuso, a Porca e as Arruelas são de AÇO ABNT 1020 ou ASTM A 307, galvanizados a fogo conforme ASTM A 153, CLASSE C.	UN.	1.850,00	R\$ 14,51	R\$ 26.843,50
10	PARAFUSO COM PORCAS PARA FLANGES PN10 16 X 80 Especificações técnicas: Parafuso com porca e duas arruelas para flanges conforme norma NBR 7675:2005. Parafuso de cabeça sextavada com rosca total conforme norma ISSO 965-1,	UN.	250,00	R\$ 8,60	R\$ 2.150,00

	propriedades mecânicas conforme norma NBR 8855 Classe 5. Porca sextavada conforme norma 10062 Classe 6. O Parafuso, a Porca e as Arruelas são de AÇO ABNT 1020 ou ASTM A 307, galvanizados a logo conforme ASTM A 153, CLASSE C.				
11	<p>REGISTRO FOFO CBOR FV S14 PN10 DN 250</p> <p>Especificação técnica: Válvula de gaveta com cunha revestida de borracha, nos DN's 50 a 400mm e padrão construtivo conforme norma NBR 14968/2003. Composta de cunha maciça em ferro fundido dúctil, conforme norma NBR 6916, CL 42012 e revestida integralmente com elastômero EPDM atóxico. Tampa em ferro fundido dúctil, conforme norma NBR 6916, CL 42012, classe de pressão PN 10, com revestimento interno e externo em epóxi pó depositado eletrostaticamente com espessura mínima de 250 micra, padrão RAL 5005. Passagem plena. Junta corpo chapéu confeccionada em EPDM. Haste de manobra inteiriça tipo não ascendente confeccionada em aço inox, conforme norma ASTM A-276 tipo 420, sem rebaixas para alojamento de anéis de vedação. Porca de manobra independente da cunha, removível confeccionada em latão com no máximo 5% de chumbo. Vedação da haste com 2 anéis toroidais (o' rings). Fixação da tampa ao corpo sem parafusos, com vedação por efeito autoclave. Pressão máxima de serviço até 12 kgf/cm², face a face de acordo com a norma ISO 5752 série 14, flanges com furação de acordo com a norma NBR 7675. Acionamento através de cabeçote de ferro fundido dúctil, volante, cabeçote de ferro fundido dúctil + redutor, volante + redutor. Cilindro pneumático, hidráulico, atuador elétrico e acessórios by-pass, sob consulta.</p>	UN.	4,00	R\$ 2.928,00	R\$ 11.712,00

12	<p>REGISTRO FOFO CBOR FV S14 PN10/16 DN 150</p> <p>Especificações técnicas: Válvula de gaveta com cunha revestida de borracha, nos DN's 50 a 400mm e padrão construtivo conforme norma NBR 14968/2003. Composta de cunha maciça em ferro fundido dúctil, conforme norma NBR 6916, CL 42012 e revestida integralmente com elastômero EPDM atóxico. Tampa em ferro fundido dúctil, conforme norma NBR 6916, CL 42012, classe de pressão PN 10, com revestimento interno e externo em epóxi pó depositado eletrostaticamente com espessura mínima de 250 micra, padrão RAL 5005. Passagem plena. Junta corpo chapéu confeccionada em EPDM. Haste de manobra inteiriça tipo não ascendente confeccionada em aço inox, conforme norma ASTM A-276 tipo 420, sem rebaxos para alojamento de anéis de vedação. Porca de manobra independente da cunha, removível confeccionada em latão com no máximo 5% de chumbo. Vedação da haste com 2 anéis toroidais (o' rings). Fixação da tampa ao corpo sem parafusos, com vedação por efeito autoclave. Pressão máxima de serviço até 12 kgf/cm², face a face de acordo com a norma ISO 5752 série 14, flanges com furação de acordo com a norma NBR 7675. Acionamento através de cabeçote de ferro fundido dúctil, volante, cabeçote de ferro fundido dúctil + redutor, volante + redutor. Cilindro pneumático, hidráulico, atuador elétrico e acessórios by-pass, sob consulta.</p>	UN.	21,00	R\$ 1.386,50	R\$ 29.116,50
	<p>REGISTRO FOFO CBOR FV S14 PN10/16 DN 80</p> <p>Especificações técnicas: Válvula de gaveta com cunha revestida de borracha, nos DN's 50 a 400mm e padrão construtivo conforme norma NBR 14968/2003. Composta de cunha maciça em ferro</p>				

13	<p>fundido dúctil, conforme norma NBR 6916, CL 42012 e revestida integralmente com elastômero EPDM atóxico. Tampa em ferro fundido dúctil, conforme norma NBR 6916, CL 42012, classe de pressão PN 10, com revestimento interno e externo em epóxi pó depositado eletrostaticamente com espessura mínima de 250 micra, padrão RAL 5005. Passagem plena. Junta corpo chapéu confeccionada em EPDM. Haste de manobra inteiriça tipo não ascendente confeccionada em aço inox, conforme norma ASTM A-276 tipo 420, sem rebaixas para alojamento de anéis de vedação. Porca de manobra independente da cunha, removível confeccionada em latão com no máximo 5% de chumbo. Vedação da haste com 2 anéis toroidais (o´rings). Fixação da tampa ao corpo sem parafusos, com vedação por efeito autoclave. Pressão máxima de serviço até 12 kgf/cm², face a face de acordo com a norma ISO 5752 série 14, flanges com furação de acordo com a norma NBR 7675. Acionamento através de cabeçote de ferro fundido dúctil, volante, cabeçote de ferro fundido dúctil + redutor, volante + redutor. Cilindro pneumático, hidráulico, atuador elétrico e acessórios by-pass, sob consulta</p>	UN.	2,00	R\$ 718,00	R\$ 1.436,00
	<p>REGISTRO FOFO CBOR FC S14 PN10/16 DN 150</p> <p>Especificações técnicas: Válvula de gaveta com cunha revestida de borracha, nos DN's 50 a 400mm e padrão construtivo conforme norma NBR 14968/2003. Composta de cunha maciça em ferro fundido dúctil, conforme norma NBR 6916, CL 42012 e revestida integralmente com elastômero EPDM atóxico. Tampa em ferro fundido dúctil, conforme norma NBR 6916, CL 42012, classe de pressão PN 10, com revestimento interno e externo em epóxi pó depositado eletrostaticamente com</p>	UN.	4,00	R\$ 1.320,00	R\$ 5.280,00

14	<p>espessura mínima de 250 micra, padrão RAL 5005. Passagem plena. Junta corpo chapéu confeccionada em EPDM. Haste de manobra inteiriça tipo não ascendente confeccionada em aço inox, conforme norma ASTM A-276 tipo 420, sem rebaixas para alojamento de anéis de vedação. Porca de manobra independente da cunha, removível confeccionada em latão com no máximo 5% de chumbo. Vedação da haste com 2 anéis toroidais (o´rings). Fixação da tampa ao corpo sem parafusos, com vedação por efeito autoclave. Pressão máxima de serviço até 12 kgf/cm², face a face de acordo com a norma ISO 5752 série 14, flanges com furação de acordo com a norma NBR 7675. Acionamento através de cabeçote de ferro fundido dúctil, volante, cabeçote de ferro fundido dúctil + redutor, volante + redutor. Cilindro pneumático, hidráulico, atuador elétrico e acessórios by-pass, sob consulta.</p>				
15	<p>REGISTRO FOFO CBOR FV S14 PN10 DN 200</p> <p>Especificações técnicas: Válvula de gaveta com cunha revestida de borracha, nos DN's 50 a 400mm e padrão construtivo conforme norma NBR 14968/2003. Composta de cunha maciça em ferro fundido dúctil, conforme norma NBR 6916, CL 42012 e revestida integralmente com elastômero EPDM atóxico. Tampa em ferro fundido dúctil, conforme norma NBR 6916, CL 42012, classe de pressão PN 10, com revestimento interno e externo em epóxi pó depositado eletrostaticamente com espessura mínima de 250 micra, padrão RAL 5005. Passagem plena. Junta corpo chapéu confeccionada em EPDM. Haste de manobra inteiriça tipo não ascendente confeccionada em aço inox, conforme norma ASTM A-276 tipo 420, sem rebaixas para alojamento de anéis de</p>	UN.	4,00	R\$ 2.200,00	R\$ 8.800,00

	vedação. Porca de manobra independente da cunha, removível confeccionada em latão com no máximo 5% de chumbo. Vedação da haste com 2 anéis toroidais (o´rings). Fixação da tampa ao corpo sem parafusos, com vedação por efeito autoclave. Pressão máxima de serviço até 12 kgf/cm ² , face a face de acordo com a norma ISO 5752 série 14, flanges com furação de acordo com a norma NBR 7675. Acionamento através de cabeçote de ferro fundido dúctil, volante, cabeçote de ferro fundido dúctil + redutor, volante + redutor. Cilindro pneumático, hidráulico, atuador elétrico e acessórios by-pass, sob consulta				
16	VOLANTE FOFO PARA REGISTROS DN 150 Especificação técnica: Fabricado em ferro dúctil, é utilizado no caso de acionamento manual. É colocado diretamente no quadrado da haste da própria válvula ou da haste de prolongamento (nunca sobre cabeçote).	UN.	10,00	R\$ 124,00	R\$ 1.240,00
17	VOLANTE FOFO PARA REGISTROS DN 300 Especificação técnica: Fabricado em ferro dúctil, é utilizado no caso de acionamento manual. É colocado diretamente no quadrado da haste da própria válvula ou da haste de prolongamento (nunca sobre cabeçote).	UN.	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00
TOTAL					R\$ 277.493,32

16.5. Todas as conexões deverão ser “injetadas”, e quando comprovadamente essas não forem, serão admitidas “moldadas de fábrica”, ou seja, moldada pelo fabricante e não por terceiros.

16.6. Os anéis de borrachas para juntas elásticas devem ser fornecidos pelo fabricante dos tubos, devendo estar incluso no fornecimento dos tubos.

16.7. Normas técnicas exigidas:

16.8. DEFOFO: Norma de Referência - NBR - 7665/2020;

16.9. Esgoto: Norma de Referência - NBR 7362;

16.10. Para todos os itens relativos aos parafusos e registros, as normas de referências estão descritas na tabela acima.

16.11. Os fabricantes e materiais devem estar contidos na lista de aprovados segundo os Programas Setoriais de Qualidade (PSQs), conforme o Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC) do Ministério das Cidades,

governo Federal. As listas de materiais e fabricantes aprovados estão disponíveis no site do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP do Habitat), disponível em: http://pbqph.cidades.gov.br/projetos_simac_psqqs.php.

16.12. Informações adicionais

16.12.1. Fica a CONTRATANTE isenta de qualquer custo de carga, transporte, embalagens, descarga, seguros, tributos ou custos que venham a incidir sobre os produtos constantes deste termo de referência/edital.

16.12.2. O serviço de descarga dos materiais constantes no objeto do edital fica sob total responsabilidade da CONTRATADA, **devendo providenciar todos os recursos pessoais, de equipamentos e/ou materiais necessários** para que o material seja depositado de acordo com orientações do fabricante.

16.12.3. Fica reservado à CONTRATANTE o direito de recusar, no todo ou em parte, qualquer material considerado defeituoso, imprestável, ou que, depois de inspecionado, não esteja de acordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar as sanções previstas no Edital, ou ainda, recusar qualquer material que tenha sido danificado na carga, transporte ou descarga, obrigando-se a CONTRATADA a substituí-lo, sem qualquer ônus adicional.

16.13. Da apresentação do catálogo técnico

16.13.1. O licitante declarado provisoriamente vencedor no certame deverá no prazo de 3 (três) dias úteis apresentar o(s) Catálogo(s) Técnico(s) atualizado(s), ou seja, em sua última versão disponível pelo fabricante à Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, estando o licitante sujeito a desclassificação, caso não seja cumprida a exigência.

16.13.2. Será viabilizada a análise do catálogo do licitante vencedor a todos aqueles participantes da sessão pública virtual. A Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, por meio da fiscal Stephanie Silva Oliveira, fará a análise dos documentos, inclusive de sua autenticidade durante a sessão.

16.13.3. O laudo ou parecer que concluir pela desconformidade dos documentos ao objeto da licitação, apontará de modo completo as falhas identificadas a fim de que reste assegurado o direito de interpor recurso e exercer o contraditório e a ampla defesa.

16.13.4. Após o parecer da fiscal do contrato o pregoeiro dará continuidade ao certame.

17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1. A servidora STEPHANIE SILVA OLIVEIRA DO AMARAL, através da **PORTARIA Nº 4791** de 30 de maio de 2022 está designado e atuará como Gestor / Fiscal da futura Ata de Registro de Preços.

17.2. A gestão da ata/contrato será realizada pelo secretário responsável pela Secretaria Municipal de Saúde.

17.3. Caberá ao gestor o controle administrativo/financeiro necessário ao pleno cumprimento da ata/contrato.

18. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

18.1. O pagamento decorrente da concretização do objeto licitado será efetuado pela **Tesouraria Municipal**, por processo legal, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal / Fatura corretamente.

18.2. Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva entrega do objeto nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestação no documento fiscal correspondente pela secretaria adquirente.

18.3. A Nota Fiscal / Fatura deverá ser emitida pela contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

18.4. O Fiscal e/ou a **Secretaria de Fazenda no Setor de Contabilidade**, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal / Fatura, deverá devolvê-la à contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

18.5. O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado por meio de depósito em Conta Bancária a ser informada pela CONTRATADA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

18.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da entrega do objeto do Contrato.

18.7. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA.

19. DA HABILITAÇÃO

19.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Cédula de identidade do responsável legal da empresa.

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

19.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Certidão de Regularidade da Fazenda Pública Federal, conjunta com a Dívida Ativa da União que abrange regularidade com o INSS;

c) Certidão de Regularidade Estadual;

d) Certidão de Regularidade Municipal (da sede do licitante);

e) Certidão de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho, disponível no site www.tst.jus.br/certidao), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do art. 29, V da Lei nº 8.666/93 e art. 642-A da CLT (incluído pela Lei nº 12.240/11);

19.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência e Concordatas, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica, de acordo com o inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/93.

19.4. DO CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII DA CRFB/88:

a) assinalar em campo próprio do sistema a situação em que se enquadra a empresa no que se refere ao cumprimento do art. 7º, XXXIII da CRFB/88;

19.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

a) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, só puderem ser emitidos em nome da Matriz ou aqueles que abrangem matriz e filiais;

19.6. Todos os documentos que não possuírem data de validade estabelecida pelo órgão expedidor deverão ter sido emitidos nos últimos 90 (noventa) dias.

19.7. Os documentos retirados da internet terão sua autenticidade certificada junto aos “sites” dos órgãos emissores.

20. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

20.1. As MPEs vencedoras do certame que possuírem alguma restrição com relação a comprovação de regularidade fiscal terão o prazo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 05 (cinco) dias, contados a partir dessa declaração, para regularização dessa situação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

20.2. O enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, cujas definições do que sejam micro e empresa de pequeno porte encontram-se expressas no art. 3º.

20.3. A não regularização da documentação da MPE vencedora no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

20.4. No caso da não regularização da documentação serão convocados pelo Município os licitantes remanescentes na ordem de classificação para assinatura da Ata de Registro de Preços.

20.5. Será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas finais apresentadas pelas MPEs sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

20.6. Ocorrendo o empate proceder-se-á conforme previsto nos incisos do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06.

20.7. A MPE mais bem classificada dentro desse limite de até 5% (cinco por cento) será convocada pelo próprio sistema para apresentar nova proposta após o encerramento dos lances.

20.8. O disposto nos itens 20.5 a 20.7 somente se aplicarão quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

21. DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

21.1. No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão Eletrônico.

21.2. Para efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão marcar em campo próprio do sistema a sua condição.

21.3. A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06 caracterizará infração administrativa, sem afastar as demais infrações penais cabíveis.

21.4. A análise das propostas pelo (a) Pregoeiro (a) visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixadas no Edital;

a) No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

21.5. Atendidos todos os requisitos será (ão) considerada (s) vencedora (s) a (s) licitante (s) que oferecer (em) o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

21.6. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou a legislação em vigor.

21.7. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o proponente, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável em razão de atender aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

21.8. No caso de eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades o (a) Pregoeiro (a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento acima, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

21.10. Os **documentos complementares** à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no prazo de até 02 (duas) horas contadas da solicitação do Pregoeiro (a) no sistema.

21.11. A verificação será certificada pelo (a) Pregoeiro (a) e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

21.12. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

21.13. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

21.14. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente de menor preço por item, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

21.15. As empresas vencedoras dos itens/lotos se houver modificação do valor destes em razão da fase de lances, deverá enviar nova proposta por escrito contendo os preços unitários e por lote dos itens por ela vencidos.

22. DOS RECURSOS, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

22.1. Declarado o vencedor e disparado o aviso de recurso no chat, qualquer licitante que desejar poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer dentro do prazo de **30 (trinta) minutos** em campo próprio no sistema com registro da síntese das suas razões.

a) ao (a) Pregoeiro (a) caberá o juízo de admissibilidade.

a.1) não serão recebidos recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não for suficientemente justificada e fundamentada a intenção de interpor o recurso pelo licitante;

b) aceite o recurso pelo (a) Pregoeiro (a), deverá licitante juntar memoriais no prazo de **03 (três) dias úteis** (contados a partir do primeiro dia útil após o dia da sessão do pregão);

c) os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

23.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo (a) Pregoeiro (a) ao vencedor.

23.3. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de Aproveitamento;

23.4. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

23.5. Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

23.6. Os recursos e respectivas impugnações cabíveis deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

23.6.1. Ser dirigido a Prefeitura Municipal de Formiga – MG- Diretoria de Compras Públicas, aos cuidados do (a) Pregoeiro (a), no prazo de 03 (três) dias úteis, conforme estabelecido acima;

23.6.2. Ser dirigido ao Prefeito Municipal de Formiga - MG, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666/93;

23.7. Não serão conhecidas as razões de recursos interpostos após o respectivo prazo legal, e/ou subscrito por representante que não comprove poder de representação legal.

23.8. Interposto o recurso, o (a) Pregoeiro (a) poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

23.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

23.10. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

23.11. A adjudicação será feita por item;

23.12. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação por escrito.

23.13. É facultado à Administração transferir a adjudicação aos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo 1º (primeiro) classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital, nas condições do § 2º, do art. 64 da Lei 8.666/93;

23.14. Poderá a proposta de a licitante ser desclassificada até a contratação, se tiver a Administração conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes.

24. PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. Após a adjudicação do objeto da licitação a vencedora terá o prazo de **até 05 dias**, a contar da data do recebimento da convocação para assinar a ARP.

24.2. A **Ata de Registro de Preços será formalizada em campo próprio do Licitante.**

24.3. O prazo concedido para assinatura da ARP poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado, durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

24.4. Decorrido o prazo estipulado no subitem 24.1, se a Adjudicatária não assinar o instrumento no prazo e condições estabelecidas, decairá do direito à mesma, sujeitando-se às sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

24.5. É facultado à Administração transferir a adjudicação aos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo 1º (primeiro) classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital, nas condições do § 2º, do art. 64 da Lei 8.666/93;

24.6. Poderá a proposta de a licitante ser desclassificada até a contratação, se tiver a Administração conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes.

24.7. Condições para assinatura da ARP: Instrumento público ou particular de mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação, quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através de estatuto ou contrato social.

25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. A indicação da disponibilidade orçamentária só será obrigatória no momento da efetiva contratação, em razão do disposto no **§ 2º Artigo 7º do Decreto Federal 7.892/13 e § 2º Artigo 5º do Decreto Municipal 3912 de 05 de maio de 2008.**

26. VIGÊNCIA E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

26.1. A Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da

sua assinatura, com eficácia legal a partir da publicação de seu extrato, portanto, sendo entregas parciais neste período.

26.2. A Ata de Registro de Preços será formalizada em campo próprio da plataforma de pregão eletrônico Licitanet, após a convocação do Pregoeiro, tendo o prazo de 05 (cinco) dias para a formalização da mesma sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

26.3. O fornecedor ficará obrigado a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

26.4. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o município não será obrigado a adquirir a totalidade da franquia estimada.

26.5. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação formalizada com vistas à manutenção do EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO da ata, na forma do art. 65, II “d” da Lei 8.666/93, o que não significa aumento do preço registrado.

26.6. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata/ Contrato, respeitará o intervalo mínimo de 2 (dois) meses, contados a partir da data da proposta comercial apresentada ao final da sessão de lances do pregão ou da data de início da vigência do último termo aditivo publicado.

26.7. O intervalo mínimo de 2 (dois) meses a que se refere o item anterior será dispensado caso a variação de preços no mercado seja superior a 10% (dez por cento) em relação aos preços vigentes.

26.8. A CONTRATADA deverá encaminhar à Diretoria de Compras Públicas o pedido de reequilíbrio por escrito e acompanhado dos documentos comprobatórios, contendo justificativa, notícias que indiquem a variação de preços no mercado e notas fiscais da semana do pedido do reequilíbrio e notas fiscais emitidas no mês de abertura da sessão ou do último reequilíbrio concedido.

26.9. A data do pedido será aquela em que ele for recebido pela contratante, sendo pré-requisito para isso o envio do pedido com a documentação completa, via correios, e-mail ou entregue pessoalmente, conforme estabelecido no item anterior.

26.10. A Contratante monitorará a variação de preços no mercado e em caso de indicação de redução dos preços, solicitará o reequilíbrio à CONTRATADA.

26.11. A Contratante autorizará o reequilíbrio mediante análise das notas fiscais recebidas e dos dados de fontes oficiais que reflitam a variação de preços no mercado.

26.12. O início da vigência do novo valor será na data da publicação do Termo Aditivo na imprensa oficial.

Endereço da Diretoria de Compras Públicas: Rua Barão de Piumhi, nº 92 A – 2º andar, Centro, CEP: 35.570-128. E-mail: (juridicoelicitacao@gmail.com).

27. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

27.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

27.1.1. Emitir Autorização de Fornecimento;

27.1.2. Preparar os locais para recebimento do objeto.

27.1.3. Atestar a entrega do objeto contratado no documento fiscal correspondente; após rigorosa conferência e comprovada a entrega total, fiel e correta dos materiais.

27.1.4. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas. A Administração pagará o preço homologado conforme Ata de Registro de Preços firmada,

fiscalizará e gerenciará a execução do contrato e valores contratados conforme exigência do Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008 e Leis aplicáveis;

27.1.5. Fiscalizar a execução, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

27.1.6. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Edital;

27.1.7. Solicitar que seja substituído o produto que não atender às especificações constantes no Edital e seus anexos;

27.1.8. Notificar à CONTRATADA, sobre qualquer irregularidade encontrada na aquisição do objeto, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

27.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

27.2.1. Entregar o objeto dentro das condições estabelecidas, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de entrega, respeitando os prazos fixados.

27.2.2. Atender as normas técnicas da ABNT e INMETRO e apresentar laudos técnicos específicos quando solicitados pelo fiscal do contrato, a fim de comprovar características de qualidade, resistência e durabilidade do(s) produto(s) a serem adquiridos, bem como a segurança aos usuários.

27.2.3. Responder por todos os ônus referentes à entrega/d Descarregamento do objeto ora contratado, substituindo de imediato e às suas expensas, aqueles em que se verifiquem irregularidades.

27.2.4. Efetuar cada fornecimento mediante Autorização de Fornecimento da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por e-mail, devendo nela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, a marca homologada, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.

27.2.5. As despesas de frete/d Descarregamento para entrega em Formiga/MG serão por conta da CONTRATADA.

27.2.6. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

27.2.7. Dirimir quaisquer dúvidas e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto, durante toda a sua vigência;

27.2.8. Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização do objeto;

27.2.9. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no Edital, e suas cláusulas, preservando o CONTRATANTE de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

27.2.10. Responsabilizar-se pela qualidade do produto, substituindo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e às suas expensas, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício, irregularidades ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes no Edital, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

27.2.11. Informar para a Tesouraria do Município os dados bancários para futuros pagamentos, por meio do endereço eletrônico: tesourariapmf@gmail.com.

28. DAS SANÇÕES

28.1. Nas hipóteses de descumprimento contratual, inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções;

28.2. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto e à Administração;

28.3. Ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Formiga, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, a pessoa jurídica que praticar qualquer dos atos contemplados no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no artigo 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

28.4. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

a) Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da Ata de Registro de Preço, pela recusa em assiná-la, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Art. 87 da Lei 8666/93;

b) Multa de mora no percentual de até 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor remanescente da Ata de Registro de Preços pela inadimplência até o limite de 05 (cinco) dias, caracterizando a inexecução parcial do mesmo;

c) Multa compensatória no percentual de até 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor remanescente da ata de registro de preço pela inadimplência, além do prazo de 05 (cinco) dias, caracterizando a inexecução total do mesmo.

28.5. Aplicação das penalidades capituladas nos subitens anteriores não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas no art. 87 da Lei 8.666, de 21/06/1993, publicada no DOU de 22/06/1993.

28.6. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade superior devidamente justificado.

28.7. O montante da multa poderá, a critério do Município de Formiga-MG, ser cobrado de imediato ou compensado com valores de pagamentos devidos ao fornecedor.

28.8. Para efeito de aplicação de qualquer penalidade, são assegurados o contraditório e a ampla defesa.

28.9. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

29. EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

29.1 Para análise da viabilidade da proposta, cujo lance final seja de valor inferior a **70% (setenta por cento)** do valor de referência, poderá o pregoeiro solicitar planilha de composição de custos e formação de preços, para fins de verificação pelo pregoeiro da exequibilidade da proposta apresentada em conformidade com as especificações do objeto licitado. A licitante deverá apresentar a referida planilha no prazo informado pelo (a) pregoeiro (a). Em caso de não cumprimento do prazo supramencionado a proposta será desclassificada.

30. DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no **LICITANET – LICITAÇÕES ON-LINE** e as especificações constantes deste Edital prevalecerão as últimas.

- 30.2.** A participação do proponente na presente licitação pressupõe a aceitação das condições estipuladas deste Edital.
- 30.3.** As normas disciplinadas deste Pregão serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, e dos contratos delas decorrentes.
- 30.4.** Para consulta e conhecimento dos interessados, o protocolo do Edital permanecerá afixado no quadro de aviso localizado na Rua Barão de Piumhi, 92 (1º Andar) – Centro – Formiga - MG, cuja cópia poderá ser obtida através dos Sites www.formiga.mg.gov.br, www.licitanet.com.br/ ou através de requerimento dirigido à Diretoria de Compras Públicas, na Rua Barão de Piumhi 92 A (2º Andar) - Centro, Formiga–MG.
- 30.5.** O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a Lei nº 8.666/93, lei nº 10.520/02, Decreto nº 10.024/19, bem como o **Decreto Municipal 3912 de 05 de maio de 2008** e as demais normas e condições estabelecidas no Edital.
- 30.6.** O edital será disponibilizado no endereço eletrônico www.formiga.mg.gov.br ou podendo ser solicitado pelo e-mail pregoeirosformiga@gmail.com.

Formiga, 06 de julho de 2022.

Elaborado por: _____
AMORA MORAIS DIAS ALCÂNTARA ALVES
COORDENADORA DE PREGÃO

Aprovado por: _____
Felipe Basílio Nunes
Secretaria Municipal de Obras e Trânsito

ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Registro de Preços para aquisição de tubos e registros em PVC, tubos DEFOFO, registros em ferro fundido, parafusos com porcas e arruelas e volantes para registros em ferro fundido a serem utilizados na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), em atendimento à Secretaria Municipal de Obras e Trânsito.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Justificamos a necessidade de aquisição dos materiais supracitados visto que os mesmos serão utilizados na obra “Construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)” e, o município precisa realizar a compra destes materiais para viabilizar a execução de um percentual das obras na Estação de Tratamento de Esgoto. Ressalta-se que tais materiais serão aplicados em várias frentes de trabalho da obra, sendo os mesmos essenciais para a execução, evolução e funcionalidade da obra.

As obras da ETE serão retomadas e, o município, terá a responsabilidade de adquirir e fornecer à empresa contratada alguns materiais e equipamentos. Tal aquisição de materiais e equipamentos é fundamentada nas diretrizes do Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Desenvolvimento Regional – Projetos inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Os materiais objeto do certame fazem parte da lista de materiais dos projetos da ETE, os quais foram elaborados pela empresa DESPRO Desenvolvimento de Projetos e Consultoria Ltda.

3. DA EXCLUSIVIDADE E DA COTA RESERVADA DE ATÉ 25% PARA ME E EPP

Neste certame, não haverá exclusividade e cota reservada percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) para bens de natureza divisível do objeto, para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que as coletas de mercado não foram realizadas de acordo com o que exige a Lei Complementar nº 123/2006, bem como, ao fato de que os preços medianos apurados estarem vinculados à planilha orçamentária apresentada e aprovada durante a reprogramação do Termo de Compromisso firmado com a Caixa Econômica Federal, devendo ser utilizados como referência neste processo os preços aprovados pela Caixa.

4. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

O objeto será aceito após a verificação pelo FISCAL, responsável pelo gerenciamento e inspeção do cumprimento de todas as obrigações e especificações constantes na Ata de Registro de Preços, no edital e nos demais documentos integrantes do processo licitatório, e ainda em conformidade com a legislação de regência.

Os materiais ofertados devem ser fabricados de acordo com as normas da ABNT.

A natureza do fornecimento será por item.

Segue abaixo descrição detalhada dos materiais que constituem o objeto.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UN.	QUANT.	PREÇO MEDIANO	PREÇO TOTAL
1	REGISTRO DE ESFERA PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCÁVEL, DN 2", COM CORPO DIVIDIDO	UN	6,00	R\$ 65,67	R\$ 394,02
2	TUBO COLETOR DE ESGOTO, PVC, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 150 MM X 6,00 M, CONFORME NBR 7362	M	600,00	R\$ 39,09	R\$ 23.454,00
3	TUBO COLETOR DE ESGOTO, PVC, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 100 MM X 6,00 M, CONFORME NBR 7362	M	150,00	R\$ 18,13	R\$ 2.719,50

4	TUBO COLETOR DE ESGOTO, PVC, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 300 MM X 6,00 M, CONFORME NBR 7362	M	120,00	R\$ 161,64	R\$ 19.396,80
5	TUBO COLETOR DE ESGOTO, PVC, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 350 MM X 6,00 M, CONFORME NBR 7362	M	120,00	R\$ 200,19	R\$ 24.022,80
6	TUBO PVC DEFOFO AZUL, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 150 MM X 6,00 M, PARA REDE DE ESGOTO, CONFORME NBR 7665	M	600,00	R\$ 110,13	R\$ 66.078,00
7	TUBO PVC DEFOFO AZUL, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 300 MM X 6,00 M, PARA REDE DE ESGOTO, CONFORME NBR 7665	M	120,00	R\$ 403,46	R\$ 48.415,20
8	PARAFUSO C/PORCAS P/ FLANGES DN 20 X 100 MM Especificações técnicas: Parafuso com porca e duas arruelas para flanges conforme norma NBR 7675:2005. Parafuso de cabeça sextavada com rosca total conforme norma ISSO 965-1, propriedades mecânicas conforme norma NBR 8855 Classe 5. Porca sextavada conforme norma 10062 Classe 6. O Parafuso, a Porca e as Arruelas são de AÇO ABNT 1020 ou ASTM A 307, galvanizados a fogo conforme ASTM A 153, CLASSE C.	UN.	250,00	R\$ 15,50	R\$ 3.875,00
9	PARAFUSO C/PORCAS P/ FLANGES DN 20X 90 MM Especificações técnicas: Parafuso com porca e duas arruelas para flanges conforme norma NBR 7675:2005. Parafuso de cabeça sextavada com rosca total conforme norma ISSO 965-1, propriedades mecânicas conforme norma NBR 8855 Classe 5. Porca sextavada conforme norma 10062 Classe 6. O Parafuso, a Porca e as Arruelas são de AÇO ABNT 1020 ou ASTM A 307, galvanizados a fogo conforme ASTM A 153, CLASSE C.	UN.	1.850,00	R\$ 14,51	R\$ 26.843,50
	PARAFUSO COM PORCAS PARA FLANGES PN10 16 X 80 Especificações técnicas: Parafuso com porca e duas arruelas para flanges conforme norma NBR				

10	7675:2005. Parafuso de cabeça sextavada com rosca total conforme norma ISSO 965-1, propriedades mecânicas conforme norma NBR 8855 Classe 5. Porca sextavada conforme norma 10062 Classe 6. O Parafuso, a Porca e as Arruelas são de AÇO ABNT 1020 ou ASTM A 307, galvanizados a logo conforme ASTM A 153, CLASSE C.	UN.	250,00	R\$ 8,60	R\$ 2.150,00
11	REGISTRO FOFO CBOR FV S14 PN10 DN 250 Especificação técnica: Válvula de gaveta com cunha revestida de borracha, nos DN's 50 a 400mm e padrão construtivo conforme norma NBR 14968/2003. Composta de cunha maciça em ferro fundido dúctil, conforme norma NBR 6916, CL 42012 e revestida integralmente com elastômero EPDM atóxico. Tampa em ferro fundido dúctil, conforme norma NBR 6916, CL 42012, classe de pressão PN 10, com revestimento interno e externo em epóxi pó depositado eletrostaticamente com espessura mínima de 250 micra, padrão RAL 5005. Passagem plena. Junta corpo chapéu confeccionada em EPDM. Haste de manobra inteiriça tipo não ascendente confeccionada em aço inox, conforme norma ASTM A-276 tipo 420, sem rebaixas para alojamento de anéis de vedação. Porca de manobra independente da cunha, removível confeccionada em latão com no máximo 5% de chumbo. Vedação da haste com 2 anéis toroidais (o' rings). Fixação da tampa ao corpo sem parafusos, com vedação por efeito autoclave. Pressão máxima de serviço até 12 kgf/cm², face a face de acordo com a norma ISO 5752 série 14, flanges com furação de acordo com a norma NBR 7675. Acionamento através de cabeçote de ferro fundido dúctil, volante, cabeçote de ferro fundido dúctil + redutor, volante + redutor.	UN.	4,00	R\$ 2.928,00	R\$ 11.712,00

	Cilindro pneumático, hidráulico, atuador elétrico e acessórios by-pass, sob consulta.				
12	<p>REGISTRO FOFO CBOR FV S14 PN10/16 DN 150</p> <p>Especificações técnicas: Válvula de gaveta com cunha revestida de borracha, nos DN's 50 a 400mm e padrão construtivo conforme norma NBR 14968/2003. Composta de cunha maciça em ferro fundido dúctil, conforme norma NBR 6916, CL 42012 e revestida integralmente com elastômero EPDM atóxico. Tampa em ferro fundido dúctil, conforme norma NBR 6916, CL 42012, classe de pressão PN 10, com revestimento interno e externo em epóxi pó depositado eletrostaticamente com espessura mínima de 250 micra, padrão RAL 5005. Passagem plena. Junta corpo chapéu confeccionada em EPDM. Haste de manobra inteiriça tipo não ascendente confeccionada em aço inox, conforme norma ASTM A-276 tipo 420, sem rebaixas para alojamento de anéis de vedação. Porca de manobra independente da cunha, removível confeccionada em latão com no máximo 5% de chumbo. Vedação da haste com 2 anéis toroidais (o-rings). Fixação da tampa ao corpo sem parafusos, com vedação por efeito autoclave. Pressão máxima de serviço até 12 kgf/cm², face a face de acordo com a norma ISO 5752 série 14, flanges com furação de acordo com a norma NBR 7675. Acionamento através de cabeçote de ferro fundido dúctil, volante, cabeçote de ferro fundido dúctil + redutor, volante + redutor. Cilindro pneumático, hidráulico, atuador elétrico e acessórios by-pass, sob consulta.</p>	UN.	21,00	R\$ 1.386,50	R\$ 29.116,50
	<p>REGISTRO FOFO CBOR FV S14 PN10/16 DN 80</p> <p>Especificações técnicas: Válvula de gaveta com cunha revestida de borracha, nos DN's 50 a 400mm</p>				

13	<p>e padrão construtivo conforme norma NBR 14968/2003. Composta de cunha maciça em ferro fundido dúctil, conforme norma NBR 6916, CL 42012 e revestida integralmente com elastômero EPDM atóxico. Tampa em ferro fundido dúctil, conforme norma NBR 6916, CL 42012, classe de pressão PN 10, com revestimento interno e externo em epóxi pó depositado eletrostaticamente com espessura mínima de 250 micra, padrão RAL 5005. Passagem plena. Junta corpo chapéu confeccionada em EPDM. Haste de manobra inteiriça tipo não ascendente confeccionada em aço inox, conforme norma ASTM A-276 tipo 420, sem rebaixos para alojamento de anéis de vedação. Porca de manobra independente da cunha, removível confeccionada em latão com no máximo 5% de chumbo. Vedação da haste com 2 anéis toroidais (o´rings). Fixação da tampa ao corpo sem parafusos, com vedação por efeito autoclave. Pressão máxima de serviço até 12 kgf/cm², face a face de acordo com a norma ISO 5752 série 14, flanges com furação de acordo com a norma NBR 7675. Acionamento através de cabeçote de ferro fundido dúctil, volante, cabeçote de ferro fundido dúctil + redutor, volante + redutor. Cilindro pneumático, hidráulico, atuador elétrico e acessórios by-pass, sob consulta</p>	UN.	2,00	R\$ 718,00	R\$ 1.436,00
	<p>REGISTRO FOFO CBOR FC S14 PN10/16 DN 150</p> <p>Especificações técnicas: Válvula de gaveta com cunha revestida de borracha, nos DN's 50 a 400mm e padrão construtivo conforme norma NBR 14968/2003. Composta de cunha maciça em ferro fundido dúctil, conforme norma NBR 6916, CL 42012 e revestida integralmente com elastômero EPDM atóxico. Tampa em ferro fundido dúctil, conforme norma NBR 6916, CL 42012, classe de</p>				

14	<p>pressão PN 10, com revestimento interno e externo em epóxi pó depositado eletrostaticamente com espessura mínima de 250 micra, padrão RAL 5005. Passagem plena. Junta corpo chapéu confeccionada em EPDM. Haste de manobra inteiriça tipo não ascendente confeccionada em aço inox, conforme norma ASTM A-276 tipo 420, sem rebaixas para alojamento de anéis de vedação. Porca de manobra independente da cunha, removível confeccionada em latão com no máximo 5% de chumbo. Vedação da haste com 2 anéis toroidais (o´rings). Fixação da tampa ao corpo sem parafusos, com vedação por efeito autoclave. Pressão máxima de serviço até 12 kgf/cm², face a face de acordo com a norma ISO 5752 série 14, flanges com furação de acordo com a norma NBR 7675. Acionamento através de cabeçote de ferro fundido dúctil, volante, cabeçote de ferro fundido dúctil + redutor, volante + redutor. Cilindro pneumático, hidráulico, atuador elétrico e acessórios by-pass, sob consulta.</p>	UN.	4,00	R\$ 1.320,00	R\$ 5.280,00
15	<p>REGISTRO FOFO CBOR FV S14 PN10 DN 200</p> <p>Especificações técnicas: Válvula de gaveta com cunha revestida de borracha, nos DN's 50 a 400mm e padrão construtivo conforme norma NBR 14968/2003. Composta de cunha maciça em ferro fundido dúctil, conforme norma NBR 6916, CL 42012 e revestida integralmente com elastômero EPDM atóxico. Tampa em ferro fundido dúctil, conforme norma NBR 6916, CL 42012, classe de pressão PN 10, com revestimento interno e externo em epóxi pó depositado eletrostaticamente com espessura mínima de 250 micra, padrão RAL 5005. Passagem plena. Junta corpo chapéu confeccionada em EPDM. Haste de manobra inteiriça tipo não ascendente confeccionada em</p>	UN.	4,00	R\$ 2.200,00	R\$ 8.800,00

	<p>aço inox, conforme norma ASTM A-276 tipo 420, sem rebaixos para alojamento de anéis de vedação. Porca de manobra independente da cunha, removível confeccionada em latão com no máximo 5% de chumbo. Vedação da haste com 2 anéis toroidais (o-rings). Fixação da tampa ao corpo sem parafusos, com vedação por efeito autoclave. Pressão máxima de serviço até 12 kgf/cm², face a face de acordo com a norma ISO 5752 série 14, flanges com furação de acordo com a norma NBR 7675. Acionamento através de cabeçote de ferro fundido dúctil, volante, cabeçote de ferro fundido dúctil + redutor, volante + redutor. Cilindro pneumático, hidráulico, atuador elétrico e acessórios by-pass, sob consulta</p>				
16	<p>VOLANTE FOFO PARA REGISTROS DN 150</p> <p>Especificação técnica: Fabricado em ferro dúctil, é utilizado no caso de acionamento manual. É colocado diretamente no quadrado da haste da própria válvula ou da haste de prolongamento (nunca sobre cabeçote).</p>	UN.	10,00	R\$ 124,00	R\$ 1.240,00
17	<p>VOLANTE FOFO PARA REGISTROS DN 300</p> <p>Especificação técnica: Fabricado em ferro dúctil, é utilizado no caso de acionamento manual. É colocado diretamente no quadrado da haste da própria válvula ou da haste de prolongamento (nunca sobre cabeçote).</p>	UN.	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00
TOTAL					R\$ 277.493,32

1 - Todas as conexões deverão ser “injetadas”, e quando comprovadamente essas não forem, serão admitidas “moldadas de fábrica”, ou seja, moldada pelo fabricante e não por terceiros.

2 - Os anéis de borrachas para juntas elásticas devem ser fornecidos pelo fabricante dos tubos, devendo estar incluso no fornecimento dos tubos.

3 - Normas técnicas exigidas:

3.1 - DEFOFO: Norma de Referência - NBR - 7665/2020;

3.2 - Esgoto: Norma de Referência - NBR 7362;

3.3 - Para todos os itens relativos aos parafusos e registros, as normas de referências estão descritas na tabela acima.

4 - Os fabricantes e materiais devem estar contidos na lista de aprovados segundo os Programas Setoriais de Qualidade (PSQs), conforme o Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC) do Ministério das Cidades, governo Federal. As listas de materiais e fabricantes aprovados estão disponíveis no site do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP do Habitat), disponível em: http://pbqph.cidades.gov.br/projetos_simac_psqs.php.

4.1 Informações adicionais

Fica a CONTRATANTE isenta de qualquer custo de carga, transporte, embalagens, descarga, seguros, tributos ou custos que venham a incidir sobre os produtos constantes deste termo de referência/edital.

O serviço de descarga dos materiais constantes no objeto do edital fica sob total responsabilidade da CONTRATADA, **devendo providenciar todos os recursos pessoais, de equipamentos e/ou materiais necessários** para que o material seja depositado de acordo com orientações do fabricante.

Fica reservado à CONTRATANTE o direito de recusar, no todo ou em parte, qualquer material considerado defeituoso, imprestável, ou que, depois de inspecionado, não esteja de acordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar as sanções previstas no Edital, ou ainda, recusar qualquer material que tenha sido danificado na carga, transporte ou descarga, obrigando-se a CONTRATADA a substituí-lo, sem qualquer ônus adicional.

4.2 Da apresentação do catálogo técnico

O licitante declarado provisoriamente vencedor no certame deverá no prazo de 3 (três) dias úteis apresentar o(s) Catálogo(s) Técnico(s) atualizado(s), ou seja, em sua última versão disponível pelo fabricante à Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, estando o licitante sujeito a desclassificação, caso não seja cumprida a exigência.

Será viabilizada a análise do catálogo do licitante vencedor a todos aqueles participantes da sessão pública virtual. A Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, por meio da fiscal Stephanie Silva Oliveira, fará a análise dos documentos, inclusive de sua autenticidade durante a sessão.

O laudo ou parecer que concluir pela desconformidade dos documentos ao objeto da licitação, apontará de modo completo as falhas identificadas a fim de que reste assegurado o direito de interpor recurso e exercer o contraditório e a ampla defesa.

Após o parecer da fiscal do contrato o pregoeiro dará continuidade ao certame.

5. PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES DE ENTREGA, RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO, ENDEREÇO ELETRÔNICO (EMAIL) E TELEFONE

A entrega do objeto deverá ser feita em até 10 (dez) dias úteis, mediante apresentação da Autorização de Fornecimento.

A entrega deverá ocorrer no Pátio do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de Minas Gerais (DER), localizado à Avenida Brasil, nº 03, bairro Ouro Negro, no horário de 08:00 às 11:00 e 13:00 às 16:00 horas, ou em outro local especificado pela secretaria requisitante, dentro do município de Formiga. O endereço eletrônico desta secretaria é secretariafgaobrasetransito@gmail.com, telefone: (37) 3329-1846.

O Município designará servidor responsável para **recebimento, fiscalização da execução do objeto e valores contratados conforme exigência do Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008**, não podendo este cobrar taxas e despesas adicionais. Será informado no edital convocatório o nome do fiscal designado em portaria, para o esclarecimento de dúvidas.

Fica a contratante responsável pela adequação do ambiente para o recebimento dos materiais já mencionados.

6. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

1. Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, será designado pela autoridade competente, agente

para acompanhar e fiscalizar a execução da ata/contrato, como representante da Administração, conforme portaria a ser citada no respectivo edital.

2. A gestão da ata/contrato será realizada pelo secretário responsável pela Secretaria Municipal de Saúde.

3. Caberá ao gestor o controle administrativo/financeiro necessário ao pleno cumprimento da ata/contrato.

7. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTOS

1. O pagamento decorrente da concretização do objeto licitado será efetuado pela **Tesouraria Municipal**, por processo legal, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura corretamente.
2. Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva entrega do objeto nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestação no documento fiscal correspondente pela secretaria adquirente.
3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.
4. **O Fiscal e/ou a Secretaria de Fazenda no Setor de Contabilidade**, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal/Fatura, deverá devolvê-la à contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.
5. O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado por meio de depósito em Conta Bancária a ser informada pela CONTRATADA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.
6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da entrega do objeto do Contrato.
7. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA.

7.1 Obrigações da contratante

1. Emitir Autorização de Fornecimento;
2. Preparar os locais para recebimento do objeto.
3. Atestar a entrega do objeto contratado no documento fiscal correspondente; após rigorosa conferência e comprovada a entrega total, fiel e correta dos materiais.
4. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas. A Administração pagará o preço homologado conforme Ata de Registro de Preços firmada, fiscalizará e gerenciará a execução do contrato e valores contratados conforme exigência do **Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008 e Leis aplicáveis**;
5. Fiscalizar a execução, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
6. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo;
7. Solicitar que seja substituído o produto que não atender às especificações constantes do anexo, termo de referência;
8. Notificar à CONTRATADA, sobre qualquer irregularidade encontrada na aquisição do objeto, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

7.2 Obrigações da contratada

1. Entregar o objeto dentro das condições estabelecidas, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de entrega, respeitando os prazos fixados.
2. Atender as normas técnicas da ABNT e INMETRO e apresentar laudos técnicos específicos quando solicitados pelo fiscal do contrato, a fim de comprovar características de qualidade, resistência e durabilidade do(s) produto(s) a serem adquiridos, bem como a segurança aos usuários.

3. Responder por todos os ônus referentes à entrega/descarregamento do objeto ora contratado, substituindo de imediato e às suas expensas, aqueles em que se verifiquem irregularidades.
4. Efetuar cada fornecimento mediante Autorização de Fornecimento da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por e-mail, devendo nela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, a marca homologada, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.
5. As despesas de frete/descarregamento para entrega em Formiga/MG serão por conta da CONTRATADA.
6. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - Dirimir quaisquer dúvidas e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto, durante toda a sua vigência;
 - Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização do objeto;
 - Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no Edital, e suas cláusulas, preservando o CONTRATANTE de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
7. Responsabilizar-se pela qualidade do produto, substituindo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e às suas expensas, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício, irregularidades ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes no Edital, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.
8. Informar para a Tesouraria do Município os dados bancários para futuros pagamentos, por meio do endereço eletrônico: tesourariapmf@gmail.com.

8. DA MODALIDADE

O Município de Formiga promoverá a licitação sob a modalidade **PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS, na forma ELETRÔNICA**, regido pelos Decretos Federais

nº 7.892/2013 e 10.024/2019, Decreto Municipal nº 3.535/2066, pela Lei nº 10.520/2002 e de forma subsidiária pela Lei Federal nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Optou-se pela modalidade de Pregão Eletrônico – Registro de Preços considerando-se que esta modalidade de licitação é aplicada para aquisição de bens e serviços comuns pel menor preço. Os itens que compõem o objeto são classificados como serviços comuns, em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo único da Lei nº 10.520/2002. Assim, é juridicamente possível a adoção da modalidade licitatória pregão eletrônico, com fundamento no parágrafo 3º, do Art. 1º, do Decreto nº 10.024/2019. Por fim, é possível ainda a adoção do Sistema de Registro de Preços, uma vez que o objeto a ser licitado enquadra-se nas hipóteses do art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013.

9. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

O julgamento das propostas será menor preço por item.

10. VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

Será anexado no edital convocatório o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, em cumprimento ao disposto no inciso II do § 2º do artigo 40 da Lei nº 8.666/93, obtidos pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública e no setor privado.

Para todos os itens do lote 3 foram realizadas coletadas de mercado com pelo menos 3 (três) empresas para formação do preço unitário, enquanto que para os itens dos lotes 1 e 2 utilizou-se o preço de referência da tabela SINAPI, data base 10/2020 para composição do custo unitário.

No caso do lote 3, os preços foram apurados a partir de coletas de mercado, as quais foram lançadas em uma planilha de referência padrão da Caixa Econômica Federal (em anexo), gerando um preço mediano. Em seguida, utilizou-se este preço para alimentar a planilha orçamentária (PO) padrão da Caixa Econômica Federal (em anexo). Utilizou-se tal metodologia para apuração dos preços uma vez que o município possui um Termo de Compromisso (TC) oriundo de recursos do Orçamento Geral da

União (OGU) firmado com a Caixa Econômica Federal, estando o mesmo em processo de reprogramação, para viabilizar a retomada da obra da ETE.

Desta forma, o município utilizará como referência nos processos de compra de equipamentos e materiais para a ETE os preços medianos aprovados pela Caixa Econômica Federal durante a análise da reprogramação do TC, devendo os mesmos ser iguais ou inferiores aos aceitos durante a análise realizada pela Caixa.

11 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A indicação da disponibilidade orçamentária só será obrigatória no momento da efetiva aquisição, em razão do disposto no **§ 2º Artigo 7º do Decreto Federal 7.892/13 e § 2º Artigo 5º do Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008.**

12 VIGÊNCIA E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, com eficácia legal a partir da publicação de seu extrato, portanto, sendo entregas parciais neste período.

A Ata de Registro de Preços será formalizada em campo próprio da plataforma de pregão eletrônico Licitanet, após a convocação do Pregoeiro, tendo o prazo de 05 (cinco) dias para a formalização da mesma sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo.

O fornecedor ficará obrigado a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o município não será obrigado a adquirir a totalidade da franquía estimada.

O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação formalizada com vistas à manutenção do EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO da ata, na forma do art. 65, II “d” da Lei 8.666/93, o que não significa aumento do preço registrado.

1. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata/ Contrato, respeitará o intervalo mínimo de 2 (dois) meses, contados a partir da data da proposta comercial apresentada ao final da sessão de lances do pregão ou da data de início da vigência do último termo aditivo publicado.
2. O intervalo mínimo de 2 (dois) meses a que se refere o item anterior será dispensado caso a variação de preços no mercado seja superior a 10% (dez por cento) em relação aos preços vigentes.
3. A CONTRATADA deverá encaminhar à Diretoria de Compras Públicas o pedido de reequilíbrio por escrito e acompanhado dos documentos comprobatórios, contendo justificativa, notícias que indiquem a variação de preços no mercado e notas fiscais da semana do pedido do reequilíbrio e notas fiscais emitidas no mês de abertura da sessão ou do último reequilíbrio concedido.
4. A data do pedido será aquela em que ele for recebido pela contratante, sendo pré-requisito para isso o envio do pedido com a documentação completa, via correios, e-mail ou entregue pessoalmente, conforme estabelecido no item anterior.
5. A Contratante monitorará a variação de preços no mercado e em caso de indicação de redução dos preços, solicitará o reequilíbrio à CONTRATADA.
6. A Contratante autorizará o reequilíbrio mediante análise das notas fiscais recebidas e dos dados de fontes oficiais que reflitam a variação de preços no mercado.
7. O início da vigência do novo valor será na data da publicação do Termo Aditivo na imprensa oficial.

Endereço da Diretoria de Compras Públicas: Rua Barão de Piumhi, nº 92 A – 2º andar, Centro, CEP: 35.570-128. E-mail: (juridicoelicitacao@gmail.com).

13 RESULTADOS ESPERADOS

Esta aquisição visa adquirir, atender, e fazer a aplicação dos materiais supracitados na ETE para viabilizar a execução de um percentual das obras na Estação de Tratamento de Esgoto. Ressalta-se que tais materiais são essenciais para a execução, evolução e funcionalidade da obra.

A abertura do processo licitatório visa à economicidade, melhor custo/benefício, bem como o uso eficiente dos recursos públicos.

14 PENALIDADES

1. Nas hipóteses de descumprimento contratual, inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções;
 - a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto e à Administração;
 - b) Ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Formiga, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, a pessoa jurídica que praticar qualquer dos atos contemplados no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no artigo 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019.
2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:
 - a) Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da Ata de Registro de Preço, pela recusa em assiná-la, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Art. 87 da Lei 8666/93;
 - b) Multa de mora no percentual de até 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor remanescente da Ata de Registro de Preços pela inadimplência até o limite de 05 (cinco) dias, caracterizando a inexecução parcial do mesmo;
 - c) Multa compensatória no percentual de até 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor remanescente da ata de registro de preço pela inadimplência, além do prazo de 05 (cinco) dias, caracterizando a inexecução total do mesmo.
3. A aplicação das penalidades capituladas nos subitens anteriores não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas no art. 87 da Lei 8.666, de 21/06/1993, publicada no DOU de 22/06/1993.

4. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade superior devidamente justificado.
5. O montante da multa poderá, a critério do Município de Formiga-MG, ser cobrado de imediato ou compensado com valores de pagamentos devidos ao fornecedor.
6. Para efeito de aplicação de qualquer penalidade, são assegurados o contraditório e a ampla defesa.
7. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

15 CONDIÇÕES GERAIS

Para consulta e conhecimento dos interessados, o protocolo do Edital permanecerá afixado no quadro de avisos localizado na Rua Barão de Piumhi, 92 (1º Andar) – Centro - Formiga–MG, cuja cópia poderá ser obtida através do site www.formiga.mg.gov.br ou através de requerimento dirigido à Diretoria de Compras Públicas, na Rua Barão de Piumhi 92 A (2º Andar) - Centro - Formiga–MG.

O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a Lei n.º 8.666/93, Lei nº 10.520/02, **Decreto Federal nº 10.024/19**, e suas respectivas alterações, bem como o **Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008** e as demais normas e condições estabelecidas no Edital.

O edital será disponibilizado no endereço eletrônico www.formiga.mg.gov.br ou podendo ser solicitado pelo e-mail pregoeirosformiga@gmail.com.

Formiga/MG, 01 de junho de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA
Diretoria de Compras Públicas

RUA BARÃO DE PIUMHI, 92 A (2º ANDAR) - CENTRO - FORMIGA – MG
TELEFONE: (037) 3329 1844 - TELEFAX: (037) 3329 1843
CEP 35570-128 - EMAIL: pregoeirosformiga@gmail.com

Termo de referência elaborado por:

Laura Beatriz Teixeira
Coordenadora de Elaboração de Projetos

Aprovado por:

Felipe Basílio Nunes
Secretaria Municipal de Obras e Trânsito

ANEXO I (DO TERMO DE REFERÊNCIA) – PLANILHA DE PREÇO MEDIANO

ITEM	FONTE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UN.	QUANT.	PREÇO MEDIANO	PREÇO TOTAL
1	SINAPI	REGISTRO DE ESFERA PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCÁVEL, DN 2", COM CORPO DIVIDIDO	UN.	6,00	R\$ 65,67	R\$ 394,02
2	SINAPI	TUBO COLETOR DE ESGOTO, PVC, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 150 MM X 6,00 M, CONFORME NBR 7362	M	600,00	R\$ 39,09	R\$ 23.454,00
3	SINAPI	TUBO COLETOR DE ESGOTO, PVC, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 100 MM X 6,00 M, CONFORME NBR 7362	M	150,00	R\$ 18,13	R\$ 2.719,50
4	SINAPI	TUBO COLETOR DE ESGOTO, PVC, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 300 MM X 6,00 M, CONFORME NBR 7362	M	120,00	R\$ 161,64	R\$ 19.396,80
5	SINAPI	TUBO COLETOR DE ESGOTO, PVC, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 350 MM X 6,00 M, CONFORME NBR 7362	M	120,00	R\$ 200,19	R\$ 24.022,80
6	SINAPI	TUBO PVC DEFOFO AZUL, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 150 MM X 6,00 M, PARA REDE DE ESGOTO, CONFORME NBR 7665	M.	600,00	R\$ 110,13	R\$ 66.078,00
7	SINAPI	TUBO PVC DEFOFO AZUL, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 300 MM X 6,00 M, PARA REDE DE ESGOTO, CONFORME NBR 7665	M	120,00	R\$ 403,46	R\$ 48.415,20
8	MERCADO	PARAFUSO C/PORCAS E ARRUELAS P/ FLANGES DN 20 X 100 MM	UN.	250,00	R\$ 15,50	R\$ 3.875,00
9	MERCADO	PARAFUSO C/PORCAS E ARRUELAS P/ FLANGES DN 20X 90 MM	UN.	1.850,00	R\$ 14,51	R\$ 26.843,50
10	MERCADO	PARAFUSO COM PORCAS E ARRUELAS PARA FLANGES PN10 16 X 80	UN.	250,00	R\$ 8,60	R\$ 2.150,00
11	MERCADO	REGISTRO FOFO CBOR FV S14 PN10 DN 250	UN.	4,00	R\$ 2.928,00	R\$ 11.712,00
12	MERCADO	REGISTRO FOFO CBOR FV S14 PN10/16 DN 150	UN.	21,00	R\$ 1.386,50	R\$ 29.116,50
13	MERCADO	REGISTRO FOFO CBOR FV S14 PN10/16 DN 80	UN.	2,00	R\$ 718,00	R\$ 1.436,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA
Diretoria de Compras Públicas

RUA BARÃO DE PIUMHI, 92 A (2º ANDAR) - CENTRO - FORMIGA - MG

TELEFONE: (037) 3329 1844 - TELEFAX: (037) 3329 1843

CEP 35570-128 - EMAIL: pregoeirospmformiga@gmail.com

14	MERCADO	REGISTRO FOFO CBOR FC S14 PN10/16 DN 150	UN.	4,00	R\$ 1.320,00	R\$ 5.280,00
15	MERCADO	REGISTRO FOFO CBOR FV S14 PN10 DN 200	UN.	4,00	R\$ 2.200,00	R\$ 8.800,00
16	MERCADO	VOLANTE FOFO PARA REGISTROS DN 150	UN.	10,00	R\$ 124,00	R\$ 1.240,00
17	MERCADO	VOLANTE FOFO PARA REGISTROS DN 300	UN.	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00
TOTAL						R\$ 277.493,32

ANEXO 02

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº/2022

PROCESSO LICITATÓRIO nº 106/2022 - REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2022
VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos (.....) dias do mês de do ano de (dois mil e), o MUNICÍPIO DE FORMIGA - MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 16.784.720/0001-25, com sede na R. Barão de Piumhi, 121 - Centro, Formiga - MG, 35570-128, na pessoa do Prefeito Municipal, Sr. Eugênio Vilela Junior portador do CPF n.º 799.185.496-53, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob N.º, estabelecida na,,/....., neste ato, representada pelo Sr., inscrito no CPF sob o n.º, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes na execução do Processo Licitatório nº/...../....., cuja licitação foi homologada pela autoridade competente, na forma prevista da Lei 8666, de 21 de Junho de 1993, submetendo-se a CONTRATANTE e a CONTRATADA às cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO E VALIDADE DA ATA

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E REGISTROS EM PVC, TUBOS DEFOFO, REGISTROS EM FERRO FUNDIDO, PARAFUSOS COM PORCAS E ARRUELAS E VOLANTES PARA REGISTROS EM FERRO FUNDIDO A SEREM UTILIZADOS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRÂNSITO.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços, terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

1.3. Nos termos do art. 15, parágrafo 4º, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município não será obrigado a adquirir os referidos itens nesta ata, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas registradas.

1.4. Ocorrendo quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações que lhe foram impostas pela Lei Federal 8.883/94, a presente Ata de Registro de Preços será cancelada, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.

2. DO PREÇO

2.1. Os valores ofertados pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços são os constantes dos seus anexos, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2022**.

2.2. Em cada fornecimento/execução decorrente desta Ata, serão observadas as disposições do Decreto no 2.758 de 11 de junho de 2004, que institui o Registro de Preços no Município, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2022**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

2.3. Em cada fornecimento/execução, o valor será o constante das propostas apresentadas, no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2022**, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integra.

3. PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES DE ENTREGA, RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO, ENDEREÇO DE ENTREGA, ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) E TELEFONE

3.1. A entrega do objeto deverá ser feita em até 10 (dez) dias úteis, mediante apresentação da Autorização de Fornecimento.

3.2. A entrega deverá ocorrer no Pátio do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de Minas Gerais (DER), localizado à Avenida Brasil, nº 03, bairro Ouro Negro, no horário de 08:00 às 11:00 e 13:00 às 16:00 horas, ou em outro local especificado pela secretaria requisitante, dentro do município de Formiga. O endereço eletrônico desta secretaria é secretariafgaobrasetransito@gmail.com, telefone: (37) 3329-1846.

3.3. O Município designará servidor responsável para **recebimento, fiscalização da execução do objeto e valores contratados conforme exigência do Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008**, não podendo este cobrar taxas e despesas adicionais. Será informado no edital convocatório o nome do fiscal designado em portaria, para o esclarecimento de dúvidas.

3.4. Fica a contratante responsável pela adequação do ambiente para o recebimento dos materiais já mencionados.

4. FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO

4.1. A servidora STEPHANIE SILVA OLIVEIRA DO AMARAL, através da **PORTARIA Nº 4791** de 30 de maio de 2022 está designado e atuará como Gestor / Fiscal da futura Ata de Registro de Preços.

5. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento decorrente da concretização do objeto licitado será efetuado pela Tesouraria Municipal, por processo legal, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal / Fatura corretamente.

5.2. Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva entrega do objeto nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestação no documento fiscal correspondente pela secretaria adquirente.

- 5.3.** A Nota Fiscal / Fatura deverá ser emitida pela contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.
- 5.4.** O Fiscal e/ou a Secretaria de Fazenda no Setor de Contabilidade, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal / Fatura, deverá devolvê-la à contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.
- 5.5.** O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado por meio de depósito em Conta Bancária a ser informada pela CONTRATADA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.
- 5.6.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da entrega do objeto do Contrato.
- 5.7.** Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 6.1.** A Ata de Registro de Preços será formalizada em campo próprio do Licitanet.
- 6.2.** A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a execução/entrega deles estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.
- 6.3.** Cada execução deverá ser efetuada mediante Autorização de Fornecimento da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por e-mail, devendo nela constar: a data, o valor, a quantidade pretendida, o local, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 6.4.** Os serviços/ entregas deverão ser acompanhados da nota-fiscal, conforme o caso.
- 6.5.** A empresa fornecedora, quando do recebimento da Autorização de Fornecimento enviada pela unidade requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.
- 6.6.** A cópia da Autorização de Fornecimento referida no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1.** Emitir Autorização de Fornecimento;
- 7.2.** Preparar os locais para recebimento do objeto.
- 7.3.** Atestar a entrega do objeto contratado no documento fiscal correspondente; após rigorosa conferência e comprovada a entrega total, fiel e correta dos materiais.
- 7.4.** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas. A Administração pagará o preço homologado conforme Ata de Registro de Preços firmada, fiscalizará e gerenciará a execução do contrato e valores contratados conforme exigência do Decreto Municipal 3912 de 05 de Maio de 2008 e Leis aplicáveis;
- 7.5.** Fiscalizar a execução, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 7.6.** Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade e em desconformidade com as especificações desta Ata;

7.7. Solicitar que seja substituído o produto que não atender às especificações constantes do anexo, termo de referência;

7.8. Notificar à CONTRATADA, sobre qualquer irregularidade encontrada na aquisição do objeto, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Entregar o objeto dentro das condições estabelecidas, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de entrega, respeitando os prazos fixados.

8.2. Atender as normas técnicas da ABNT e INMETRO e apresentar laudos técnicos específicos quando solicitados pelo fiscal do contrato, a fim de comprovar características de qualidade, resistência e durabilidade do(s) produto(s) a serem adquiridos, bem como a segurança aos usuários.

8.3. Responder por todos os ônus referentes à entrega/descarregamento do objeto ora contratado, substituindo de imediato e às suas expensas, aqueles em que se verifiquem irregularidades.

8.4. Efetuar cada fornecimento mediante Autorização de Fornecimento da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por e-mail, devendo nela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, a marca homologada, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.

8.5. As despesas de frete/descarregamento para entrega em Formiga/MG serão por conta da CONTRATADA.

8.6. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.7. Dirimir quaisquer dúvidas e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto, durante toda a sua vigência;

8.8. Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização do objeto;

8.9. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no Edital, e suas cláusulas, preservando o CONTRATANTE de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

8.10. Responsabilizar-se pela qualidade do produto, substituindo no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e às suas expensas, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício, irregularidades ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes no Edital, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

Informar para a Tesouraria do Município os dados bancários para futuros pagamentos, por meio do endereço eletrônico: tesourariapmf@gmail.com.

9. DAS PENALIDADES:

9.1. Nas hipóteses de descumprimento contratual, inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções;

9.2. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto e à Administração;

9.3. Ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Formiga, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, a pessoa jurídica que praticar qualquer dos atos contemplados no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no artigo 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

9.4. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

9.5. Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da Ata de Registro de Preço, pela recusa em assiná-la, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Art. 87 da Lei 8666/93;

9.6. Multa de mora no percentual de até 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor remanescente da Ata de Registro de Preços pela inadimplência até o limite de 05 (cinco) dias, caracterizando a inexecução parcial do mesmo;

9.7. Multa compensatória no percentual de até 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor remanescente da ata de registro de preço pela inadimplência, além do prazo de 05 (cinco) dias, caracterizando a inexecução total do mesmo.

9.8. A aplicação das penalidades capituladas nos subitens anteriores não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contempladas no art. 87 da Lei 8.666, de 21/06/1993, publicada no DOU de 22/06/1993.

9.9. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade superior devidamente justificado.

9.10. O montante da multa poderá, a critério do Município de Formiga-MG, ser cobrado de imediato ou compensado com valores de pagamentos devidos ao fornecedor.

9.11. Para efeito de aplicação de qualquer penalidade, são assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.12. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

10. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no art. 73, II “a” e “b”, da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes.

10.2. A cada entrega serão emitidos recibos, nos termos do art. 73, II, “a” e “b”, da Lei Federal 8.666/93.

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela Administração, quando:

- a)** a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b)** a detentora não retirar qualquer Autorização de Fornecimento, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c)** a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;
- d)** em quaisquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;
- e)** os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

g) a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços;

h) no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula 9, caso não aceitas as razões do pedido.

12. DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO

12.1. Na contratação do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Secretário requisitante, através da Autorização de fornecimento.

13. DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO

13.1. Fica (m) estimado(s) o(s) valores(s) abaixo(s) discriminado(s): _____

Parágrafo único: O(s) valor(es) acima discriminado(s) servirá(ão) de base para apuração de possíveis penalidades conforme item 10 da presente ata.

14. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO

14.1. A Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, com eficácia legal a partir da publicação de seu extrato, portanto, sendo entregas parciais neste período.

14.2. A Ata de Registro de Preços será formalizada em campo próprio da plataforma de pregão eletrônico Licitanet, após a convocação do Pregoeiro, tendo o prazo de 05 (cinco) dias para a formalização da mesma sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata.

14.3. O fornecedor ficará obrigado a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

14.4. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o município não será obrigado a adquirir a totalidade da franquia estimada.

14.5. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação formalizada com vistas à manutenção do EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO da ata, na forma do art. 65, II “d” da Lei 8.666/93, o que não significa aumento do preço registrado.

14.6. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata/ Contrato, respeitará o intervalo mínimo de 2 (dois) meses, contados a partir da data da proposta comercial apresentada ao final da sessão de lances do pregão ou da data de início da vigência do último termo aditivo

publicado.

14.7. O intervalo mínimo de 2 (dois) meses a que se refere o item anterior será dispensado caso a variação de preços no mercado seja superior a 10% (dez por cento) em relação aos preços vigentes.

14.8. A CONTRATADA deverá encaminhar à Diretoria de Compras Públicas o pedido de reequilíbrio por escrito e acompanhado dos documentos comprobatórios, contendo justificativa, notícias que indiquem a variação de preços no mercado e notas fiscais da semana do pedido do reequilíbrio e notas fiscais emitidas no mês de abertura da sessão ou do último reequilíbrio concedido.

14.9. A data do pedido será aquela em que ele for recebido pela contratante, sendo pré-requisito para isso o envio do pedido com a documentação completa, via correios, e-mail ou entregue pessoalmente, conforme estabelecido no item anterior.

14.10. A Contratante monitorará a variação de preços no mercado e em caso de indicação de redução dos preços, solicitará o reequilíbrio à CONTRATADA.

14.11. A Contratante autorizará o reequilíbrio mediante análise das notas fiscais recebidas e dos dados de fontes oficiais que reflitam a variação de preços no mercado.

14.12. O início da vigência do novo valor será na data da publicação do Termo Aditivo na imprensa oficial.

14.13. Endereço da Diretoria de Compras Públicas: Rua Barão de Piumhi, nº 92 A – 2º andar, Centro, CEP: 35.570-128. E-mail: (juridicoelicitacao@gmail.com).

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2022** e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

15.2. Fica eleito o foro da Comarca de Formiga do Estado de Minas Gerais para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata, tendo esta força de contrato entre as partes, que assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas, que tudo presenciaram, ouvindo, ao final a respectiva leitura.

15.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Decreto instituidor do Registro de Preços 2.758/04, alterado pelo Decreto 3535 de Dezembro de 2006, a Lei Federal 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

Prefeito

Empresa Vencedora:

Nome da Empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA
Diretoria de Compras Públicas

RUA BARÃO DE PIUMHI, 92 A (2º ANDAR) - CENTRO - FORMIGA - MG
TELEFONE: (037) 3329 1844 - TELEFAX: (037) 3329 1843
CEP 35570-128 - EMAIL: pregoeirosmpmformiga@gmail.com

ANEXO 03

MUNICÍPIO DE FORMIGA/MG

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
_____/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2022
PROCESSO LICITATÓRIO 106/2022

No dia ____ de ____ de 2022, no(a) **MUNICÍPIO DE FORMIGA/MG**, inscrito(a) no CNPJ 16.784.720/0001-25, com sede à R BARAO DE PIUMHI nº 121 CEP 35570-128 – Formiga-MG neste ato legalmente representado por **EUGENIO VILELA JUNIOR**, portador do CPF nº **79918549653**, **RESOLVE** registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: _____ CNPJ: _____

Representante: _____

Telefone: () _____

E-mail: _____

Endereço:

Item	Descrição	Qtde	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total
-------------	------------------	-------------	----------------	--------------	---------------	---------------------------	------------------------

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até _____, a contar do dia _____

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes

Município de Formiga
16.784.720/0001-25

Empresa Vencedora

ANEXO 04

PLANILHA DE PREÇO MEDIANO

ITEM	FONTE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UN.	QUANT.	PREÇO MEDIANO	PREÇO TOTAL
1	SINAPI	REGISTRO DE ESFERA PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCÁVEL, DN 2", COM CORPO DIVIDIDO	UN.	6,00	R\$ 65,67	R\$ 394,02
2	SINAPI	TUBO COLETOR DE ESGOTO, PVC, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 150 MM X 6,00 M, CONFORME NBR 7362	M	600,00	R\$ 39,09	R\$ 23.454,00
3	SINAPI	TUBO COLETOR DE ESGOTO, PVC, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 100 MM X 6,00 M, CONFORME NBR 7362	M	150,00	R\$ 18,13	R\$ 2.719,50
4	SINAPI	TUBO COLETOR DE ESGOTO, PVC, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 300 MM X 6,00 M, CONFORME NBR 7362	M	120,00	R\$ 161,64	R\$ 19.396,80
5	SINAPI	TUBO COLETOR DE ESGOTO, PVC, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 350 MM X 6,00 M, CONFORME NBR 7362	M	120,00	R\$ 200,19	R\$ 24.022,80
6	SINAPI	TUBO PVC DEFOFO AZUL, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 150 MM X 6,00 M, PARA REDE DE ESGOTO, CONFORME NBR 7665	M.	600,00	R\$ 110,13	R\$ 66.078,00
7	SINAPI	TUBO PVC DEFOFO AZUL, PB, JEI, COM ANEL DE BORRACHA, DN 300 MM X 6,00 M, PARA REDE DE ESGOTO, CONFORME NBR 7665	M	120,00	R\$ 403,46	R\$ 48.415,20
8	MERCADO	PARAFUSO C/PORCAS E ARRUELAS P/ FLANGES DN 20 X 100 MM	UN.	250,00	R\$ 15,50	R\$ 3.875,00
9	MERCADO	PARAFUSO C/PORCAS E ARRUELAS P/ FLANGES DN 20X 90 MM	UN.	1.850,00	R\$ 14,51	R\$ 26.843,50
10	MERCADO	PARAFUSO COM PORCAS E ARRUELAS PARA FLANGES PN10 16 X 80	UN.	250,00	R\$ 8,60	R\$ 2.150,00
11	MERCADO	REGISTRO FOFO CBOR FV S14 PN10 DN 250	UN.	4,00	R\$ 2.928,00	R\$ 11.712,00
12	MERCADO	REGISTRO FOFO CBOR FV S14 PN10/16 DN 150	UN.	21,00	R\$ 1.386,50	R\$ 29.116,50
13	MERCADO	REGISTRO FOFO CBOR FV S14 PN10/16 DN 80	UN.	2,00	R\$ 718,00	R\$ 1.436,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA

Diretoria de Compras Públicas

RUA BARÃO DE PIUMHI, 92 A (2º ANDAR) - CENTRO - FORMIGA – MG
TELEFONE: (037) 3329 1844 - TELEFAX: (037) 3329 1843
CEP 35570-128 - EMAIL: pregoeirospmformiga@gmail.com

14	MERCADO	REGISTRO FOFO CBOR FC S14 PN10/16 DN 150	UN.	4,00	R\$ 1.320,00	R\$ 5.280,00
15	MERCADO	REGISTRO FOFO CBOR FV S14 PN10 DN 200	UN.	4,00	R\$ 2.200,00	R\$ 8.800,00
16	MERCADO	VOLANTE FOFO PARA REGISTROS DN 150	UN.	10,00	R\$ 124,00	R\$ 1.240,00
17	MERCADO	VOLANTE FOFO PARA REGISTROS DN 300	UN.	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00
TOTAL						R\$ 277.493,32